

Breno Caldas: Poder e declínio de um dos mais influentes jornalistas gaúchos

Aline Strelow *

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Índice

| | |
|---|----|
| 1 Correio do Povo: Precursor do jornalismo informativo no Rio Grande do Sul | 1 |
| 2 Breno Caldas – construção e declínio de um conglomerado | 3 |
| 3 Conclusão | 11 |

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a trajetória do jornalista e empresário Breno Caldas, que dirigiu por 49 anos o Correio do Povo, periódico que, por pelo menos sete décadas, foi o principal jornal do Rio Grande do Sul e um dos maiores do Brasil. Filho do fundador da folha, Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior, Breno Caldas foi o responsável, também, pelo lançamento de importantes veículos de comunicação do Estado, como os jornais Folha da Tarde e Folha da Manhã, e as emissoras Rádio Guaíba e TV Guaíba.

* Jornalista. Doutora e Mestre em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora do curso de graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Através de uma pesquisa histórica e biográfica, pretende-se contribuir para o estudo da história do jornalismo no Rio Grande do Sul e dos personagens que lhe deram vida.

Palavras-chave: Jornalismo; História da imprensa; História da imprensa no Rio Grande do Sul; Breno Caldas; Correio do Povo.

1 Correio do Povo: Precursor do jornalismo informativo no Rio Grande do Sul

O Correio do Povo iniciou suas atividades no primeiro dia de outubro de 1895, fundado por Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior, juntamente com Mário Totta e José Paulino Azurenha. Tratava-se de um periódico que já nascia com o propósito de renovar a imprensa no Rio Grande do Sul, até então explicitamente atrelada a interesses político-partidários. Foi o primeiro jornal do Estado a organizar-se como empresa com finalidade lucrativa e manifesta, o que possibilitou a construção de um novo regime jornalístico. As quatro primeiras décadas do século XX serão marcadas pela transição da imprensa político-partidária ou literária, regimes dominantes até então, para o noticioso, repre-

sentado pelo Correio do Povo (RÜDIGER, 1998). O objetivo de Caldas Júnior, conforme teria dito em conversa com Mário Totta, era criar um jornal para as massas, livre, independente, para ser lido por todos e não por indivíduos de uma ou outra facção política. “Um jornal que não será escravo de políticos, nem de politiquinhos. Um jornal no bom sentido”, teriam sido suas palavras (GALVANI, 1994).

Como bem sublinha Galvani (1994), o desenvolvimento do jornalismo moderno no Rio Grande do Sul está diretamente ligado à trajetória do Correio do Povo, especialmente por seu posicionamento – o jornal se apresentou ao público como órgão de nenhuma facção, que não se escraviza a cogitações de ordem subalterna. A conjuntura, conforme reflete Rüdiger (1998), era propícia a uma proposta como essa. O estado recém saía da Revolução Federalista, uma luta sangrenta que durou quase três anos e dividiu profundamente a sociedade gaúcha, proporcionando um contexto favorável para o surgimento de um jornalismo não-comprometido com a política, mas somente com a causa pública.

Os jornais que se destacaram anos mais tarde, como o Diário de Notícias, comungavam do mesmo ideário, dos jornais como veículos de informação responsáveis pelo registro e pela divulgação verídica dos fatos. A racionalidade emergente no mercado constitui uma nova doutrina jornalística, que, pelo menos no discurso, coloca a informação em primeiro lugar. O que ocorre, e muitos episódios na história do Correio do Povo provam isso, é que os jornais não deixam completamente de lado seu caráter político, apenas não defendem suas posições de modo tão explícito.

Além de inovar no conteúdo e na linha editorial, a exemplo do que faziam diversas folhas da época, o Correio do Povo se sobressaía, sobretudo, pela moderna postura empresarial de Caldas Júnior diante do negócio, com investimentos importantes em infra-estrutura, pessoal e aparatos tecnológicos.

Caldas Júnior organizou sua empresa em termos familiares, mas sem excluir da direção do jornal os valores do jornalismo da época com que podia contar; fez sucessivas reformas em suas oficinas, com vistas à redução de custos e ao aumento da produtividade; procurou equiparar os padrões gráficos do jornal aos mais modernos do País, aumentando o número de páginas e o formato da folha, sem custos adicionais para o leitor. Em 1910, finalmente, montou a primeira impressora rotativa no Estado e, nos anos seguintes, as quatro primeiras linotipos, completando um ciclo de renovação e reinvestimentos que elevou a tiragem do jornal dos mil exemplares, iniciais, para dez mil, em 1910. (RÜDIGER, 1998, p. 65).

Rapidamente, o jornal conquistou a hegemonia no mercado. Com custos reduzidos, permitiu o acréscimo dos pequenos anúncios, aumentando as vendas e criando leitores para os grandes anunciantes. O crescimento permitiu inovações, como a supressão dos adjetivos, em uma iniciativa que revolucionou a linguagem jornalística da época e, é claro, desagradou a alguns dos “estimados” amigos do periódico. Neste mesmo ano de 1910, em que o Correio do Povo fortalecia-se como a principal folha do Estado, nasceu Breno Alcaraz Caldas.

O menino tinha apenas três anos quando, em 1913, seu pai Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior, faleceu. Familiares e homens de imprensa da época intercalaram-se na direção do jornal, sempre sob a supervisão da viúva Dolores. Passariam mais dez até Breno, com 13 anos, começar a manifestar seu interesse em trabalhar no jornal, como conta Galvani: “Já tinha pedido várias vezes à mãe, que o continha, dizendo: - Aos 15, filho. Você fará todo o caminho” (1994, p. 232). Terminados os dois anos estipulados por Dona Dolores, Breno foi trabalhar na revisão do jornal. Ele chegava do colégio, fazia o dever de casa, jantava e ia para o Correio do Povo. Não demorou muito para começar a escrever notas e trabalhar como auxiliar de redação.

2 Breno Caldas – construção e declínio de um conglomerado

Em 1929, em meio à polêmica saída do primogênito de Caldas Júnior, Fernando Caldas, da direção do jornal, Breno Caldas, aos 19 anos, alcançou o posto de redator-chefe. Seu plano, na verdade, era fazer um estágio no O Estado de S. Paulo, mas a responsabilidade com o veículo da família falou mais alto e, mesmo bastante jovem, ele assumiu o desafio. Sua inexperiência, à época, facilitava o abuso por setores interessados. Foi nesse período que Breno iniciou sua trajetória como uma das principais personalidades públicas do Rio Grande do Sul, “vice-rei” do Estado, como muitos diziam. “Breno, discreto e eficiente, tinha luz própria. O pessoal da oficina adorava o jovem, e suas relações na cidade, da melhor qualidade, começavam a colocá-lo no pedestal onde se

viu mais tarde”, recorda Galvani (1994, p. 274).

Breno Caldas foi uma das mais influentes personalidades do Rio Grande do Sul. Em 2001, a revista Press, no especial *Nomes que fizeram a imprensa gaúcha*, publicou uma matéria sobre ele, com o título “O mais poderoso jornalista gaúcho”, deixando claro que, mesmo na atualidade, o poder de Breno Caldas ainda não foi superado. A definição se justifica: no auge do Correio do Povo, os mais importantes líderes políticos que chegavam a Porto Alegre – deputados, governadores e presidentes – iam visitá-lo na redação do jornal. Sua influência política era tamanha que, em 1979, foi consultado sobre a indicação do novo governador do Estado, que substituiria Sinval Guazzelli, em uma época em que os ocupantes deste cargo eram escolhidos. Em 1969, uma reportagem publicada em São Paulo o apontava como o 6º homem mais rico do Brasil (CALDAS, 1987).

2.1 Relações políticas

Já no primeiro ano de Breno Caldas como redator-chefe do Correio do Povo, o jornal demonstrava seu alinhamento político – estava integrado ao espírito da Aliança Liberal, comprometido com os ideais da Revolução de 30. No dia 05 de outubro de 1930, o jornal publicava um manifesto de Getúlio Vargas, intitulado: “Rio Grande, de pé pelo Brasil, não poderás falhar ao teu destino”, em integral apoio à revolução. (GALVANI, 1994, p. 287). Em depoimento ao jornalista José Antônio Pinheiro Machado, Breno Caldas revelou, inclusive, que o Correio do Povo ajudou a financiar a Revolução de 30: “Pagamos viagens, despesas dos revoltosos... Por

causa desses gastos, os anos de 1929 e 1930 aparecem como os únicos em que fechamos o ano em vermelho, até os tempos mais recentes...” (CALDAS, p. 107).

Em 1932, durante a Revolução Constitucionalista, novamente o jornal posiciona-se em favor de um movimento revolucionário. De acordo com Breno Caldas, “o Correio do Povo procurava ter uma posição de neutralidade, mas, para ser bem franco, era, sem dúvida, uma neutralidade simpática aos revoltosos de 32” (1987, p. 110). Naquele ano, o então diretor do Correio, André Carrazzoni, redigiu um artigo intitulado “Uma pitada de bom senso”, no qual se solidarizava com o general Flores da Cunha, que estava sendo acusado de trair a Revolução de 1932. Era 13 de julho, Breno estava na redação, quando apareceu um funcionário da oficina para comentar o artigo paginado na primeira página, assinado por Carrazzoni, que produziu o texto em casa, alegando estar doente.

Ora, o Correio do Povo, no meu modo de ver, não podia assumir aquela posição! Embora fosse um artigo assinado, era um artigo assinado pelo diretor do jornal. Artigo assinado ou não, era o jornal que estava tomando aquela posição diante da Revolução Constitucionalista! (...) Quando li, determinei na hora: “Tira fora”. “Mas já está paginado”, me disse o rapaz da oficina. “Não faz mal”, respondi, “faz a paginação de novo e tira fora”. Depois de mandar tirar o artigo, fiquei lá até quatro e meia da madrugada, a hora do jornal rodar: o jornal rodou e eu saí. Naquela época, a gente ia de madrugada lá para o Café Provenzano...
(...)

... e naquele dia eu cheguei no Provenzano para tomar um café e vi num canto o Carrazzoni, sentado a uma mesa, sozinho. Aí eu fui lá falar com ele: “Como é, poeta (eu o chamava de poeta), tu não estavas doente?” Ele ficou sem jeito, disse que tinha melhorado: “Eu só saí para tomar um café”. Aí ele foi direto ao assunto: “Eu soube que tu tiraste o meu artigo da página”. “É, tirei.” Aí ele disse: “Eu não posso tolerar essa situação!”. Eu concordei: “É, eu imagino.” Ele disse então: “Amanhã eu vou procurar a tua mãe, que foi quem me entregou a direção do jornal, e vou dar uma explicação a ela”. Aí eu disse a ele que não se preocupasse, que iria lhe poupar o trabalho, eu mesmo falaria com ela (CALDAS, 1987, p. 111 e 112).

Com a saída de Carrazzoni, Breno Caldas passa a atuar junto à direção da empresa, embora assuma oficialmente o cargo de diretor apenas em 1935. A situação política do País continuava tensa – Getúlio havia dominado a rebelião paulista, mas Borges de Medeiros, ex-presidente do Rio Grande do Sul, fazia oposição a ele. Para garantir que a cobertura do Correio do Povo não seria comprometida pela “onda de oposição” de Borges de Medeiros, Breno convocou uma reunião com sua equipe, a qual recebeu a seguinte orientação: “A situação está preta. Eu já controlei o barco fazendo o Carrazzoni – grande colega e ótimo redator – saltar fora. Mas não vai dar para comprometer o Correio nessa onda de oposição do *Antonio Chimango*... A partir de hoje, qualquer notícia da situação política do Rio Grande e do País passa por minha mesa, certo?” (GALVANI, 304). Mesmo com este direcionamento, o Correio

do Povo continuava a contemplar, no noticiário, fatos como a volta dos exilados, por exemplo, embora sem combater o decreto que cassava os direitos políticos, como fez a imprensa carioca.

A Assembléia Nacional Constituinte, agendada para maio de 1934, era motivo de cobertura apaixonada pelo jornal de Breno Caldas. Em nível nacional, as eleições melhoraram um pouco as conturbadas relações com o governo federal, o que não impediu entrechoques regionais, como os que aconteceram no Rio Grande do Sul. Flores da Cunha, interventor do Estado, temia ser derrotado no pleito e estava atento à posição do Correio do Povo. Quando João Neves da Fontoura, exilado e um de seus principais oponentes, voltou para o Brasil, em 28 de setembro de 1933, Flores da Cunha quis conferir o que sairia no Correio do Povo no dia seguinte. Para isso, conforme destaca Galvani (1994), mandou um oficial da Casa Militar à Caldas Júnior ver o que seria publicado no jornal no dia seguinte e, conforme o caso, agir “de acordo com a lei”. Não houve edição no dia 29 de setembro, o jornal foi impedido de circular.

Flores da Cunha constituiu-se no maior adversário político da folha – no ano seguinte, mandou prender e surrar o diretor Alexandre Alcaraz, obrigando-o a proteger-se, “emigrando”. Quando Alexandre resolveu, por uma série de motivos, ir embora para o Rio de Janeiro, a direção do jornal ficou oficialmente a cargo de Breno Caldas. No dia 18 de dezembro de 1935, o noticiário do Correio do Povo informava:

Deixou a direção do Correio do Povo o Dr. Alexandre Alcaraz, que a vinha exercendo há longos anos.

(...)

Nesta data, assume as funções de diretor do Correio do Povo o Dr. Breno Caldas, que exercia as de chefe da nossa redação. Filho do saudoso fundador desta folha, o diretor atual será, a sua frente, um digno continuador da obra de Caldas Júnior.

Foi com Flores da Cunha um dos enfrentamentos mais difíceis de Breno Caldas, depois de ter assumido a direção do Correio, conforme refere em suas memórias (1987, p. 117). Seu cunhado, Plínio Brasil Milano, era adepto de Flores da Cunha e, certa vez, insistiu muito para que Breno fosse conversar com o general.

Então eu concordei em ir ao Palácio para fazer a vontade do Plínio. Chegamos ao gabinete, o Flores estava fardado de general. Foi me dizendo logo, de forma provocativa, falando bem marcado, como gaúcho da campanha: “Como é que vai este jornalista o-po-si-cio-nis-ta?” Eu respondi no mesmo tom: “E esse governador, como é que vai? *Meio malito, não?*” Na época, ele estava sendo pressionado pelo Getúlio, que era presidente da República: o Flores estava às vésperas de cair. Quando eu falei que ele estava *malito*, se enfureceu: “Sim, *malito* pelas tuas intrigas! Pela situação que tu e os teus comparsas me criaram!” Começou a me fazer acusações aos berros e explodiu, por fim: “E tu, fica sabendo que eu te meto na cadeia”. Eu fiquei numa situação incrível. Pensei cá comigo: eu não vim aqui para ser destrutado. E me deu um troço, me levantei indignado e disse a ele com energia: “Eu não vim aqui para ouvir os seus desaforos! Eu vim aqui

só porque o meu cunhado, que está aqui, me pediu. Eu não devo nada ao senhor! Pelo contrário. O senhor é que sempre nos tratou de uma maneira hostil. Nos perseguiu, espancou os nossos jornalistas. O senhor deportou o nosso diretor e vários dos nossos redatores. O senhor proibiu o Correio do Povo de circular na Viação Férrea...”

(...)

Eu estava brabo, me levantei, fui de dedo em riste em direção a ele: “Pois, então, me prenda, general! Eu quero sair preso daqui hoje!”. Aí ele ficou subitamente calmo, me pegou pelo braço e disse: “Vem cá, senta aqui. Eu não vou fazer isso contigo. Tu sabes a consideração que a tua mãe me merece. Eu vou te dar um cavalo. Tem aquele cavalo tordilho, o Harmonia, que eu sei que tu gostas. Pois eu vou te dar o Harmonia!”. Fiquei desconcertado. Agradei, disse que não aceitava o cavalo, só queria que ele nos deixasse em paz, me despedi e fui embora... (CALDAS, 117-118).

Os conflitos políticos decorrentes dos posicionamentos adotados pelo jornal seguem ao longo da história do periódico. Embora defenda a bandeira da neutralidade, o Correio do Povo, em sua trajetória, costuma posicionar-se com clareza em relação aos acontecimentos, como fez quando apoiou o golpe militar de 1964, que veremos mais adiante.

2.2 Aposta no vespertino – a experiência da

Folha da Tarde

A ousadia de Breno Caldas como empresário tornou possível o lançamento, em 1936, do jornal vespertino Folha da Tarde. A sugestão do tablóide foi do colega Alcides Gonzaga, recém-chegado de Buenos Aires, onde o formato fazia sucesso, especialmente com o jornal Crítica. Em sua obra sobre a história da Folha da Tarde, Galvani (1996) relata o diálogo que deu origem ao jornal:

- Breno, dá uma olhada nestes jornais que eu trouxe. A coqueluche de Buenos Aires é este Crítica, veja, bem menor que o nosso, parece com o formato com que o teu pai começou o Correio. Menor ainda. - Como os de Londres, os jornais da tarde de Londres – respondeu-lhe Breno.

E, depois de um instante de silêncio que ficou entre eles:

- Alcides, o que achas da gente entrar com um vespertino?

- Bela idéia, Breno! – respondeu logo Gonzaga que não estava aí para discutir com o “chefe” e era notoriamente conhecido pela sua gentileza e maneiras elegantes no trato com as pessoas.

Breno Caldas fixou-o com o laço azulado dos seus olhos claros e concluiu:

- E com este tamanho aí, para diferenciá-lo bem de qualquer outro e principalmente do Correio! (GALVANI, 1996, p. 21).

A primeira edição da Folha da Tarde saiu em 27 de abril de 1936, com um atraso de sete horas – era para sair às 16h e acabou circulando apenas às 23h. Isso porque os redatores não estavam acostumados com o formato, não calcularam o espaço e fizeram muitas matérias a mais. Mais popular do que o irmão mais velho, a Folha da Tarde caiu no

gosto dos leitores e encontrou grande receptividade. De acordo com Breno Caldas, sua redação contava com os melhores jornalistas do Correio do Povo (1987).

Durante a Segunda Guerra Mundial, as edições do jornal eram aguardadas em frente ao prédio da Caldas Júnior, no centro de Porto Alegre. Como circulava ao meio-dia, a Folha podia publicar as últimas notícias das frentes de batalha na Europa. Não havia TV, o radiojornalismo era incipiente no Estado e a Folha mantinha os leitores atualizados através das notícias que recebia, por teletipos, das agências.

Os conflitos políticos que marcaram a história do Correio do Povo também tiveram vez na Folha da Tarde. O jornal estava em seu primeiro ano e o diretor Vianna Moog mantinha uma coluna política, a qual assinava com o pseudônimo de Usbek. Eram cartas de cunho político, nas quais fazia alusão ao “embaixador”, que, todos sabiam, era Oswaldo Aranha. No dia 20 de novembro de 1936, a coluna de Moog trazia críticas e ironias ao “embaixador”, considerado um “grande amigo” da Caldas Júnior – foi Oswaldo Aranha quem impediu a venda do Correio do Povo, em 1929, para os Diários Associados, de Assis Chateaubriand. O artigo foi publicado em uma sexta-feira e, na segunda, a Folha já circulava com novo diretor e... com uma matéria que era um “hino público de reverência ao embaixador” (GALVANI, 1996).

Breno Caldas (1987) lembra de ter alertado Vianna Moog sobre o teor de seus artigos, sempre favoráveis a Flores da Cunha: “Eu chamei a atenção dele: ‘Olha, Moog, tu estás saindo do trilho, assim não dá!’. (...) Eu disse que o primeiro artigo que ele fizesse, não precisaríamos nem conver-

sar, eu receberia como pedido de demissão dele. (...) Ele saiu, mas ficamos amigos”.

O formato tablóide, que distinguia a Folha dos demais na época de seu surgimento, acabou influenciando os jornais que apareceram depois e o próprio Correio do Povo, já sob nova direção, em 1987, que também aderiu ao tamanho menor, uma característica marcante dos jornais do Rio Grande do Sul. A Folha da Tarde deixou de circular em 1984, juntamente com o Correio do Povo, reflexo da grave crise financeira que atingiu a empresa. Embora muitos de seus ex-redatores continuem se encontrando em eventos anuais e acalentando o sonho de ver o jornal novamente nas bancas, não há sinal de que isso possa vir a acontecer.

2.3 Rádio Guaíba

Em 1957, a Caldas Júnior ingressa no campo da radiodifusão, com a fundação da Rádio Guaíba. A emissora rapidamente tomou a dianteira dos concorrentes na área do jornalismo, investindo maciçamente em coberturas esportivas e em programas noticiosos regulares (RÜDIGER, 1998). Assim como dos demais veículos da empresa, a rádio também contava com a influência direta de Breno Caldas, que desenhou a programação da emissora de modo que ele mesmo gostasse de ouvi-la (CALDAS, p. 68). “Queríamos, com o advento da Rádio Guaíba, fazer algo com um pouco mais de nível intelectual... (...) O mais impessoal possível. (...) E assim, desde o início, a Guaíba buscou um padrão sóbrio, sem *jingles*, procurando respeitar a inteligência... a seriedade do ouvinte...”, afirmou (p. 67 e 68).

Em 1961, contra a vontade de Breno Caldas, a Rádio Guaíba foi encampada por

Leonel Brizola, governador do Estado à época, dando origem à Rede da Legalidade, que operou durante 12 dias, enfrentando o governo federal para garantir a posse do vice-presidente João Goulart e evitar a tomada do poder pelos militares¹. O movimento cresceu rapidamente, agregou outras emissoras e conseguiu muitos adeptos mesmo fora do Rio Grande do Sul.

(...) o Contursi, assessor de imprensa do Brizola, me telefonou de manhã, dizendo que o governador queria falar comigo. O Brizola veio ao telefone, me cumprimentou e disse: “Dr. Breno, eu quero avisá-lo que eu resolvi encampar a Rádio Guaíba. Já ocupei os transmissores lá na ilha e vou ocupar agora aqui no centro, e quero lhe dar conhecimento disso”. Eu respondi que não aceitava uma situação nesses termos: “Isso aqui é uma concessão federal e é uma propriedade privada; o senhor está invadindo uma propriedade privada e, ao mesmo tempo, esbulhando um direito de exploração de uma concessão regularmente concedida”. Aí ele disse que precisava, e que a ocupação já estava em curso. Eu disse então que não concordava e que ia para a rádio resistir. O Brizola ponderou, insistiu e disse que não adiantava tentar resistir, que a ocupação já estava em curso. Depois de muita discussão, eu falei: “Então o senhor faz o seguinte, me manda uma carta ou um ofício... um documento oficial... o senhor assuma toda a respons-

¹ O presidente Jânio Quadros havia renunciado - seus ministros militares, alinhados ao governador da Guanabara, Carlos Lacerda, uniram forças para vetar o a posse do vice-presidente. O embate político teve o rádio como principal arena.

abilidade desse gesto. Assim, da minha parte não haverá problema, eu não posso fazer nada, só posso me conformar com o fato consumado, mas ao menos, quero me resguardar” (p. 69 e 70).

Embora tenha sido a principal emissora na Rede da Legalidade, mesmo que contra a vontade de seu diretor, a Rádio Guaíba, assim como o Correio do Povo, posicionou-se em favor do golpe militar de 1964. À época, dizia-se que Breno Caldas foi um revolucionário de primeira hora. “A Revolução de 1964, de um certo modo, contou com a nossa participação, ou pelo menos com a nossa simpatia. O pessoal que foi ao poder em 1964... não é que fosse ligado a nós – nós não tínhamos ligações políticas com ninguém -, mas eram pessoas afinadas conosco”, disse. De acordo com Galvani (1994, p. 411), o apoio foi tão ostensivo que o jornal se deu ao trabalho de explicar, em editoriais, por que os militares estavam certos e que aquele era o único caminho para “salvar o Brasil”.

A boa relação com os presidentes militares – o general Médici, por exemplo, foi recebido com churrasco na sua casa – não impediu que os veículos da Caldas Júnior fossem censurados.

2.4 Folha da Manhã

Em 1969, Francisco Antonio Caldas, filho de Breno Caldas e vice-presidente da companhia, criou a Folha da Manhã, uma espécie de ressurreição da Folha Esportiva, que havia circulado de 1949 a 1963, como órgão especializado em esportes, mas com páginas de noticiário geral. O jornal inicia “encaixado filosoficamente” nos padrões

da Caldas Júnior. Em seguida, no entanto, começa a divergir, aparecendo como um “grande jornal alternativo” numa empresa tradicionalmente conservadora. Ideologicamente, fazia oposição ao regime militar (GALVANI, 1993). Conforme Kucinski (2003, p.95), inclusive, foi um dos poucos jornais brasileiros a não perder o senso crítico durante a ditadura. Breno Caldas, até sua morte, repudiaria a “Folhinha”, como era chamada, dizendo que lhe fora imposta, e não uma criação sua. Assim como o Correo do Povo, sofreu censura prévia, como no caso exemplar de 1973:

A censura apreendeu uma edição do Correo do Povo e da Folha da Manhã, por causa de uma matéria que nós publicamos nos dois jornais. Era uma carta do Julio Mesquita, diretor de O Estado de S. Paulo, dirigida à Sociedade Interamericana de Prensa, sobre a falta de liberdade de imprensa no Brasil. A Voz do Brasil tinha dado a carta. E eu mandei publicar também. Apareceu lá um censor dizendo que a notícia estava proibida de sair nos jornais e eu pedi que ele me trouxesse aquela determinação por escrito. A censura, naquela época, não queria oficializar nada, eles se recusavam a fazer qualquer proibição por escrito, para dar a impressão de que não havia censura no país. Era tudo de boca. Eu vim embora para casa e dei ordem ao Adail: olha, sai a notícia de qualquer jeito. Se não vier a ordem escrita, vamos publicar (CALDAS, 1987, p. 81 e 82).

A carta foi publicada e as edições dos dois jornais foram apreendidas por um pelotão de choque que cercou a companhia assim que

as folhas rodaram. Na época, Breno Caldas sofria muitas pressões por ter em seus quadros jornalistas ligados ao Partido Comunista. Assim como outros grandes empresários conservadores da época, como o próprio Roberto Marinho, Breno Caldas contratava e mantinha comunistas na sua equipe. Costumava ironizar, no entanto, dizendo que “o importante é mantê-los em minoria” (CALDAS, 1987, p. 890).

Em 1980, a Folha da Manhã deixou de circular, depois de enfrentamentos internos e da evasão de nomes expressivos de sua equipe.

2.5 TV Guaíba

Breno Caldas entrou tarde no mercado de televisão. A primeira emissora do Rio Grande do Sul, a TV Piratini, começou a operar em 1959. A Caldas Júnior teria a sua emissora, a TV Guaíba, apenas em 1978, com uma plataforma definida por Suzana Kilpp como de “programação regional intensa e de caráter cultural” (2001, p. 38). O alto investimento realizado para colocá-la no ar, no entanto, foi um dos motivos para a derrocada da empresa: “Algumas coisas que não precisavam ser feitas, foram feitas, com custos altíssimos. A TV Guaíba foi uma delas. A TV desequilibrou a empresa”, conta Breno Caldas (1987, p. 28).

A conquista de uma nova concessão para a emissora, já que a primeira havia vencido pelo atraso da inauguração, foi alcançada pelo bom relacionamento de Breno Caldas com os generais:

Eu estava naquele faz-não-faz... Hesitava muito. E aí o presidente Médici me disse: “Vai em frente! A TV Guaíba vai dar certo!” Nesse meio tempo, enquanto

pesávamos os prós e contras, a concessão da TV caducou, e eu mandei o Francisco Antônio, meu filho, que era gerente da empresa, a Brasília para falar com o general Geisel, que era candidato à sucessão de Médici e tinha se oferecido para ajudar o Correio do Povo no que precisasse. E ele deu um jeito. No Ministério das Comunicações, arrumaram uma interpretação da lei para que nós pudéssemos recuperar a concessão da TV: cassaram a concessão antiga e nos deram outra, mediante nova concorrência (CALDAS, 1987, p. 29).

Antes mesmo de ser criada, a TV Guaíba já havia despertado o interesse de Roberto Marinho, que mantinha relações de amizade com Breno Caldas. Em encontro no Rio Janeiro, Marinho fez a proposta: por 600 mil dólares montaria uma estação de TV para a Caldas Júnior em Porto Alegre, transmitindo a programação da Rede Globo. A proposta não foi aceita. “O Roberto Marinho, é claro – e por certo com toda a razão -, pensava em criar, na verdade, uma televisão *dele* aqui, quando me fez a oferta. E eu queria uma televisão *minha*, que eu manobrasse, com a minha orientação. E isso, é claro, só seria possível se eu tivesse o controle do negócio”, explica Breno Caldas (1987, p. 30).

De acordo com Kilpp (2001), embora a TV Guaíba tenha viabilizado alguns programas importantes, especialmente na área do telejornalismo e da cobertura cultural jornalística, ela ruiu junto com a Caldas Júnior, num mercado já monopolizado, tendo contribuído, pelo não retorno do grande investimento, para o fechamento da empresa poucos anos mais tarde, em 1984.

2.6 Crise

As dificuldades financeiras decorrentes da tardia instalação de sua emissora de TV, entre outros fatores, fizeram com que a Caldas Júnior entrasse na década de 1980 em decadência. Breno Caldas lançou mão de suas relações com políticos e empresários, mas não conseguiu evitar a queda: “Começaram a surgir problemas por todos os lados. Nós nos descapitalizamos demais e começamos até mesmo a atrasar a folha de pagamento, o que jamais tinha ocorrido antes. Com isso surgiram as ações trabalhistas em grande número, num vulto que começou a pesar na balança”, afirma (1987, p. 45). As dívidas, na casa dos milhões de dólares, levaram cerca de 90% do patrimônio pessoal de Breno Caldas, que vendeu o que podia para sustentar o Correio do Povo. No processo de falência, ele aparece como o maior credor.

As propostas de ajuda apareceram, mas não nos moldes que ele esperava. Muitos queriam encampar o Correio do Povo, desde que o governo federal entrasse com dinheiro. Breno Caldas trabalhava com duas hipóteses: ou ficava com tudo, através de empréstimos legais, ou se vendia tudo, como acabou acontecendo em 1984. Não faltaram interessados em tirar vantagem da situação. O embaixador Walther Moreira Salles propôs comprar a TV Guaíba por 5 bilhões de cruzeiros, valor que acabaria com as dívidas da Caldas Júnior. Para isso, no entanto, pediu a Breno que conseguisse, com o governo federal, seis estações de televisão a cabo.

Tudo bem... se era o jeito... e lá fui eu para Brasília tratar do assunto. Moreira Salles também foi. Quando o

negócio bateu no Ministério de Comunicações... Ah! O Roberto Marinho deu o maior estrilo!... Ninguém fazia nada no Ministério das Comunicações – a começar aqui pelo Dentel – sem o beneplácito do Roberto Marinho e das Organizações Globo. A qualquer coisa que você propusesse ao Ministério das Comunicações, a primeira providência deles não era ver se a pretensão era razoável, se estava dentro do regulamento, ou se seria do interesse do país. Não! A primeira cogitação era verificar de que modo aquilo afetava o Roberto Marinho. Isso é visível. Isso até me foi dito, com todas as letras! (p. 54)

Antes da derrocada final, que contou, inclusive, com uma greve dos jornalistas da empresa, Breno Caldas recorreu, ainda, ao presidente da República, João Baptista Figueiredo, para sugerir que o governo lançasse um fundo para amparar materialmente a imprensa nacional. A resposta que ouviu foi que, para ele, poderia fazer qualquer coisa. “Mas eu não vou dar recursos para o O Estado de S. Paulo me esculhambar. Eu sei que eles estão quebrados, mas não vou dar dinheiro para eles... Para o Jornal do Brasil? Não”, teria dito Figueiredo. Mas Breno afirmou não querer nada excepcional, exclusivo para a Caldas Júnior, desejava um investimento na imprensa como complemento à abertura política (CALDAS, p. 58).

Em 1984, o Correio do Povo e a Folha da Tarde deixaram de circular. Em 1986, a Caldas Júnior foi vendida para o empresário Renato Bastos Ribeiro. O Correio do Povo volta a ser produzido em seguida, com uma

outra roupagem. Em 2007, os veículos da empresa foram vendidos para a Rede Record, do bispo Edir Macedo.

Breno Caldas morreu três anos depois da venda da empresa criada por seu pai, em 1989. Viveu seus últimos dias como fazendeiro, criando touros em uma propriedade em Belém Novo, em Porto Alegre.

3 Conclusão

Como bem sublinha Higinio Barros (1989), poucos jornalistas no Brasil tiveram tanto poder, por tanto tempo, quanto Breno Caldas. Assim como seus contemporâneos Assis Chateaubriand e Roberto Marinho, Breno Caldas liderou um conglomerado de comunicação e exerceu grande influência sobre os mais diversos campos sociais. Sua trajetória confunde-se com a própria história do jornalismo no Rio Grande do Sul, marcada por conflitos políticos e econômicos, muitos deles relacionados com os acontecimentos da política nacional.

Breno Caldas assume o Correio do Povo em um momento de glória – o jornal é o maior e mais importante veículo impresso do Estado, posição que manterá até a década de 60. O “vice-rei” do Estado, como era chamado, adotava uma posição política conservadora, ao mesmo tempo em que defendia, por vezes, a liberdade de imprensa. Esse perfil paradoxal refletia-se na própria história da Caldas Júnior – o Correio do Povo, jornal que apoiou abertamente o golpe militar, teve uma de suas edições apreendidas por publicar conteúdo em defesa da liberdade de imprensa. Exemplar é, também, a criação do jornal Folha da Manhã, um dos poucos periódicos brasileiros que exerciam a crítica durante a ditadura, mesmo que contra

a vontade de Breno Caldas, que o manteve em circulação por 11 anos.

A história de Breno Caldas e da Caldas Júnior, analisada em um contexto mais amplo, da história da comunicação no Brasil, deixa ver as íntimas relações que se desenham entre os veículos de comunicação e o poder – relações estas que se estreitam ou desfazem de acordo com os interesses momentâneos de seus agentes. Assim como Chateaubriand e Marinho, Breno Caldas estremeceu governos, ajudou a construir e desfazer líderes, mostrando que dirigir um conglomerado de comunicação significa, também, influenciar decisivamente a política de um Estado, ou mesmo de um País. Pelo menos essa foi a regra no século XX.

Bibliografia

- BARROS, Higino. O centauro das rotativas. *Revista Imprensa*. Ano 3, nº 25. São Paulo, 1989.
- BRAGA, Kenny. O mais poderoso jornalista gaúcho. *Revista Press: Nomes que fizeram a história da imprensa gaúcha*. Porto Alegre, 2001.
- CALDAS, Breno. *Meio século de Correio do Povo*. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- GALVANI, Walter. *Olha a Folha*. Porto Alegre: Sulina, 1996.
- _____. *Um século de poder*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.
- SILVA, Jandira M. M. da; CLEMENTE, Ir. Elvo; BARBOSA, Eni. *Breve histórico da imprensa sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Corag, 1986.
- FERRARETTO, Luiz Artur Ferraretto. *Rádio e capitalismo no Rio Grande do Sul*. Canoas: Ulbra, 2007.
- GOMES, Flávio Alcaraz. *Prisioneiro 39310. Profissão: Repórter*. Porto Alegre: L&PM, 1982.
- KILPP, Suzana. *Apontamentos para uma história da televisão no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Unisinos, 2001.
- MOREIRA, Sônia Virgínia. *Rádio Palanque*. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 1998.
- RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.
- WAINBERG, Jacques. *Império das palavras*. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.